



1 **Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “CENTRO**
2 **EMPRESARIAL OESTE”, de responsabilidade da Imobiliária e Construtora Vista**
3 **Alegre Ltda. (Processo IMPACTO nº 351/2024, e-ambiente CETESB 053696/2024-**
4 **87).**

5
6
7 Realizou-se no dia **17 de junho de 2025, às 17 horas**, no **Cine Estação**, Rua Basílio
8 Fazzi, 290, Sala 3, Centro. Franco da Rocha-SP, a Audiência Pública sobre o Estudo
9 de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do
10 empreendimento “CENTRO EMPRESARIAL OESTE”, de responsabilidade da
11 Imobiliária e Construtora Vista Alegre Ltda. (Processo IMPACTO nº 351/2024, e-
12 ambiente CETESB. 053696/2024-87). Após a abertura dos trabalhos e saudação
13 inicial feita pelo **Presidente da Sessão José Eduardo Bevilacqua**, este informou que
14 ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos o representante do órgão responsável
15 pelo licenciamento, **Fábio Deodato**, da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
16 da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Foi realizada a
17 explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o desenvolvimento da
18 audiência por **José Eduardo Bevilacqua**, seguido das saudações iniciais pelos
19 demais integrantes da Mesa Diretora. Passou-se, a seguir, às exposições sobre o
20 assunto em questão, com a fala de **Júlio Scottini**, da Geoverde Engenharia e em
21 seguida por **Jonas Mattos**, representante da JM Assessoria e **Michel Sola**, consultor
22 de tráfego. Finalizadas as exposições, passou-se ao momento destinado às falas dos
23 oradores inscritos, fase da qual participaram o **Presidente da Câmara dos**
24 **Vereadores de Franco da Rocha, Thiago Seixas**, os cidadãos **Raquel da Silva**
25 **Alves, Bonfilho Alves Ferreira** e a **Prefeita de Franco da Rocha Lorena Rodrigues**
26 **de Oliveira**. Não havendo inscritos para fazer o uso da palavra, seguiram-se os
27 comentários finais, feitos por **Fábio Deodato**, representante da Cetesb. Após
28 constatar e informar que todas as etapas da Audiência haviam sido regularmente
29 cumpridas, o **Presidente da Sessão** agradeceu a presença de todos e declarou
30 encerrados os trabalhos da audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição
31 integral das falas. . Eu, **Naiana Lanza Landucci**, Secretária Executiva do CONSEMA,
32 lavrei e assino a presente ata.

AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “CENTRO EMPRESARIAL OESTE”

Município de Franco da Rocha estado de São Paulo, 17 de junho de 2025, 17 horas, local: Cine Estação, Rua Basílio Fazzi, 290, Sala 3, Centro.

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão) : Eu me chamo José Eduardo Bevilacqua e eu pertencço ao Sistema Ambiental Paulista. Sou funcionário da CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. E, pelo poder que me foi outorgado, eu instalo a presente audiência pública, cujo empreendimento se intitula Centro Empresarial Oeste, de Responsabilidade da Imobiliária e Construtora Vida Alegre Limitada.

O processo desse empreendimento, junto a nós, no Sistema Ambiental, é o processo Impacto número 351, de 2024, e que também está configurado no E-Ambiente, na CETESB, 053-696-2024/87. Eu queria fazer um agradecimento especial aqui a todas as autoridades presentes, particularmente à senhora Loreta Rodrigues de Oliveira, prefeita do município de Franco da Rocha, a quem nos agradecemos a presença, ao senhor Filipe Antonioli, secretário de Assuntos Jurídicos do município, à senhora Adriana Gaspari, secretária adjunta de Gestão Pública do município, ao senhor Ricardo Costa, secretário da Fazenda, ao senhor Diego Hernandes, vice-prefeito e secretário de Desenvolvimento Econômico do município. Além disso, também temos a presença do senhor Widerson Anzelotti, secretário de Relações Institucionais da Prefeitura de Franco da Rocha.

Feito esses agradecimentos, eu gostaria, neste momento, de falar um pouco sobre o rito de como serão desenvolvidos os nossos trabalhos aqui hoje, nesta tarde. Então eu vou pedir, por gentileza, para projetar um pouquinho aqui na tela. Eu vou comentar um pouquinho sobre como nós vamos fazer o nosso trabalho hoje aqui.

Bom, a primeira coisa é a composição, portanto, da mesa diretora, cujo presidente da sessão sou eu, farei, portanto, toda a condução dos trabalhos. E, nesta mesa, eu convido o representante da CETESB, que é o Fábio, que vai compor comigo esse trabalho de hoje. Podemos passar, por favor, para o próximo slide? Bom, vou falar um pouquinho sobre o Consema.

O Consema é um órgão consultivo, normativo e recursal do Sistema Ambiental de São Paulo, previsto na Constituição do Estado, no artigo 193. Próximo, por favor. As audiências públicas também são previstas na legislação por meio da Lei Estadual nº 9.509, de 1997, prevista na Política Estadual do Meio Ambiente, na Lei Estadual nº 13.507, de 2009, que dispõe sobre o funcionamento do Consema e a deliberação normativa Consema, nº 1, de 2011, que

estabelece as regras para a convocação e realização das audiências públicas, como é o caso de hoje à noite.

Então, a definição e os objetivos são muito claros. Eles colocam que devemos ter um evento aberto, público, onde são apresentados os aspectos ambientais da proposta do projeto a todos os interessados, dirimir dúvidas e conhecer a opinião da sociedade, recolhendo críticas e sugestões sobre o licenciamento ambiental, cujo instrumento é um estudo de impacto ambiental, com relatório de impacto ambiental, conhecido aí a RIMA, a criação e alteração das unidades de conservação, zoneamento ecológico-econômico e outras questões de interesse ambiental previstos. Esse edital de convocação está estabelecido no Diário Oficial do Estado e há divulgação na mídia, no caso aqui pelo proponente.

A função do presidente da sessão é estabelecer o caráter regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e garantir a fala dos interessados de modo democrático e organizado. O registro dos trabalhos se dá por meio da forma digital, da forma de áudio, de vídeo, e também o registro por escrito, na forma de data, horário, local, e franqueada a palavra a todos os participantes. Nesse desenvolvimento dos trabalhos, o Consema definiu a divisão em três partes.

A primeira parte será a apresentação dos estudos, como nós poderemos, daqui a pouquinho, promover. Segundo a participação dos interessados. Terceiro, as respostas e os respectivos comentários.

Lembrando que esse é um momento ímpar do empreendimento. É um momento em que a sociedade participa ativamente com as suas contribuições, críticas, recomendações, e tudo isso vai ser devidamente acatado no rito do processo do licenciamento ambiental. A gente sempre destaca aqui que as inscrições para o uso das palavras se encerram às 18 horas.

Mais ou menos próximo de 18 horas, 60 minutos após o início da nossa sessão. Essas falas, no intervalo de tempo, e na hora de inscrição, eu vou chamar aqui pela mesa, conforme o segmento da representação que essa pessoa estiver, no caso, aqui representando. Seja sociedade civil e outras entidades.

Uma questão importante também é que é importante que essa exposição seja clara, objetiva, da proposta pelo representante, e que não deve ultrapassar, no caso, 15 minutos de exposição, para ser uma coisa bem objetiva, bem pragmática, e a exposição pela equipe responsável pelo estudo de 30 minutos. Falado isso, é importante dizer também o seguinte, que quem são os participantes dessa plenária? Qual é a representatividade disso? Nós temos aqui a representação do Ministério Público, com 5 minutos. As entidades da sociedade civil, 5 minutos.

Pessoas físicas, 3 minutos. Representantes dos órgãos ou entidades públicas, 5 minutos. Os membros de conselhos de meio ambiente, 5 minutos.

Parlamentares, 5 minutos. Os representantes do Poder Executivo, 5 minutos. Ainda na questão das regras, na última parte das perguntas e respostas.

O proponente terá 15 minutos para responder a todos os questionamentos que forem apresentados. E a equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental, também terá

15 minutos. Os conselheiros do Consema, no caso, aqui hoje, nós não temos representantes, mas, se tivéssemos, eles também teriam um espaço de 10 minutos.

E, no final, nós teremos o comentário do nosso representante aqui da CETESB, o geógrafo Fábio Deodato. Explicado isso, eu queria terminar dizendo o seguinte, que algumas outras considerações que podem estar sendo amadurecidas ao longo da apresentação, que você não conseguiu formular aqui, você tem cinco dias úteis para apresentar lá no e-mail que está aqui colocado, concema.gov.br. Bom, espero, então, ter conseguido esclarecer as regras aqui do nosso trabalho. E, portanto, a partir de agora, eu vou ainda fazer mais o chamamento aqui de duas autoridades que estão presentes, que é a senhora Camila Cristina de Oliveira, secretária de Habitação, Gestão Territorial e Ambiental do município, e a senhora Samanta Silva, secretária de Governo e Comunicação, além da senhora Erineide Oliveira, secretária de Assistência Social.

A quem nós agradecemos a presença nessa sessão pública. Bom, feitas essas explicações, e já comendo aqui a mesa, eu vou passar a palavra, então, para o Fábio Deodato, que é representante da CETESB, gerente do setor de licenciamento ambiental de empreendimentos. A quem eu vou passar a palavra.

Fábio, a palavra é sua.

FÁBIO DEODATO – (CETESB) : Obrigado, Bevilacqua. Boa noite a todos.

Meu nome é Fábio, eu sou da divisão de licenciamento de empreendimentos minerários e industriais urbanísticos da CETESB de São Paulo, onde esse arrima está sendo analisado. Gostaria de dizer, como o próprio Bevilacqua já disse, a audiência pública é um momento muito importante do licenciamento ambiental com avaliação de impacto, quando o empreendimento é licenciado por meio de arrima. É uma etapa obrigatória e, ao mesmo tempo, muito importante, porque é exatamente esse momento em que, tanto o órgão ambiental quanto o empreendedor têm a oportunidade de colher novas informações, opiniões, sugestões da sociedade, de autoridades sobre o empreendimento.

Então, é um momento em que, muitas vezes, a gente se depara com novas informações. Enfim, esse é o momento, realmente, em que a gente colher novas informações. Então, todas as informações que forem geradas nessa audiência pública hoje, elas serão consideradas pela CETESB para concluir a análise desse Eia Rima.

E essa etapa também, devido a esse caráter público que ela tem, legitima o processo de licenciamento com avaliação de impacto. Então, realmente, é um momento bastante importante do processo de licenciamento. Então, gostaria de desejar uma boa audiência para todos.

E, no final, a gente volta a falar mais um pouquinho. Obrigado.

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão) : Fábio, muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

Eu gostaria só de, finalmente, agora, antes de passar a palavra para os empreendedores, explicar a função do CONSEMA. O CONSEMA é o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que

é o principal órgão consultivo, normativo e recursal integrante do sistema ambiental do Estado de São Paulo. Portanto, cabe ao CONSEMA avaliar as políticas ambientais, apreciar os estudos de impacto ambiental e a atribuição de fazer a convocação das audiências públicas que versam sobre os estudos ambientais.

Bom, falado isso, eu encerro essa primeira parte. E eu vou passar, portanto, a palavra agora para o senhor Jonas Matos, da JM Assessoria. E, depois, na sequência, passar para o senhor Júlio Scottini, da Geoverde Engenharia, que farão a apresentação do empreendimento, das ideias que são postas para avaliação, apreciação.

E eles terão, portanto, eu vou pedir, senhor Jonas, eu vou pedir 45 minutos, tá bom? De tempo, a partir de agora, para franquear a palavra a vocês. Então, vocês estão com a palavra. Muito obrigado.

Depois a gente toma na sequência.

JÚLIO SCOTTINI – (Geoverde Engenharia): Boa noite a todos. Boa noite a todos.

Então, o Centro Empresarial Oeste, em que nós estamos aqui apresentando os estudos realizados do projeto e do Eia Rima. Aqui o Jonas e eu que vamos apresentar essa parte. Agradeço a presença de todos.

E é uma coisa importante explicar para todo mundo que nós estamos apresentando aqui, mas é uma equipe muito grande, na verdade, mais de 20 e poucas pessoas que ajudaram a realizar esses estudos e que a gente vai demonstrar aqui as nossas principais conclusões. Temos aqui várias pessoas, o geotécnico, o sólido, o tráfico, várias pessoas vieram acompanhar aqui que estão à disposição para algumas dúvidas que a gente tem. Podemos ir para frente, Wendel? Primeira situação que eu acho que é importante a gente colocar em termos de localização.

Esta é a área do objeto do EIA RIMA. A gente já tem aqui um galpão construído que era da mesma gleba, não é mais. E, para quem conhece especificamente, é a Presidente Tancredo Neves, clube 45.

Aqui está a Edmar Máximo Zambotto. Aqui está a Jordanésia. Então, a principal maneira de chegar perto do empreendimento é a partir do município.

Aqui, para cá, o Espetão, a rodovia. Então, chega bem aqui, já próximo da Edmar Máximo Zambotto. Centro Logístico, muita gente não sabe o que é o Centro Logístico. Na verdade, ele é uma empresa, podemos dar o exemplo aqui, por exemplo, do Mercado Livre. É uma empresa que se instala e ela recebe os produtos de diversos fabricantes.

Porque ali, como o pessoal comenta, ela vende a agulha, vende o celular, tem milhares de produtos, na verdade. Então, os fabricantes chegam com seus produtos e, na sequência, fica ali disponível na logística e sai para diversas regiões. Então, vai ter uma entrega lá em Osasco, Itaquá.

Então, essa carga é arrumada dentro do Centro Logístico para dispersar o máximo, o mais rápido possível. Você quer colocar alguma coisa?

JONAS MATOS – (JM Assessoria): Então, pessoal, o Centro Logístico, basicamente... Primeiro, boa tarde a todos, aqui no escurinho do cinema. Isso é muito interessante, uma audiência pública aqui no cinema.

De qualquer maneira, como o Júlio acabou de dizer, um Centro Logístico nada mais é do que um ajuntamento de galpões, cuja finalidade precípua é receber cargas por grandes grupos pneumáticos, grandes carretas, subdividir essas cargas e distribuir por pequenos veículos urbanos de carga. E, na maioria das vezes, esses grandes centros logísticos são, na verdade, locados por empresas, prestadoras de serviços de entrega rápida, entre elas o Mercado Livre. A próxima... Próxima slide, por favor.

É verdade. Então, pessoal, os principais dados urbanísticos deste projeto. Nós estamos aqui em uma gleba de terras que tem uma área superficial de 1.160.000 m².

Este é o motivo pelo qual nós estamos realizando um estudo de impacto ambiental. Como diz lá a resolução Conama, a partir de 1.000.000 m², dependendo da sensibilidade locacional, em termos ambientais, que esse empreendimento esteja locado, e os impactos que deles serão gerados, o instrumento adequado, como disse o Consema, é o estudo de impacto ambiental. Então, o terreno tem 1.160.000 m².

Temos aproximadamente, e aqui os números são grandes números, 330.000 m² de galpões. Para que vocês tenham uma ordem de grandeza, há cerca de 33 campos de futebol separados em quatro galpões. Aproximadamente 113.000 m² de ruas internas.

Temos ainda 83.000 m² de estacionamentos e pátios. Isto aqui é muito interessante, porque este empreendimento está dimensionado para que toda carreta que chega tenha um local de aguardo até adentrar o centro logístico. Temos aproximadamente 429.000 m² de áreas permeáveis, equivalendo a 37% do terreno.

Se nós considerarmos os taludes, temos aproximadamente 50% de áreas permeáveis, e aqui a CETESB não considera os planos decolivosos como áreas permeáveis, então a lei nos manda conceder, na verdade, 37% do terreno. Serão gerados aproximadamente 3.000 empregos diretos, na operação. Se nós colocávamos na conta que cada emprego gerado gera de cinco a oito empregos secundários, nós temos aí um número bastante expressivo de pessoas que serão, na verdade, impactadas positivamente com a construção deste empreendimento.

E temos um prazo estimado da ordem de 24 meses para que este conjunto de galpões seja erigido. Agora o Júlio vai falar um pouquinho do plano de projeto do CEL.

JÚLIO SCOTTINI – (Geoverde Engenharia): A partir do terreno, vocês conseguem ver aqui os quatro galpões.

Este aqui é o galpão maior, o galpão que chama de número 100. Outro galpão um pouco menor, que é o 200, 300 e 400. Então, a entrada do terreno, a SP está aqui, e aqui tem os quatro galpões que estão projetados para este empreendimento.

De áreas como a que estava no slide anterior, áreas permeáveis em torno de 37%, sem considerar os taludes, são essas áreas verdinhas aqui, e também essas áreas aqui das nascentes e APP, que é ao longo dos córregos. Então são as áreas que serão preservadas, o que é um número relativamente expressivo. Não é qualquer empreendimento que consegue ter essa dimensão de áreas verdes, que é importante para manter a permeabilidade no terreno e controlar, inclusive ajudar a controlar um pouco as cheias.

Aqui isso é uma outra maneira de colocar mais ou menos o que a gente estava falando, as áreas verdes, as áreas ajardinadas, e fica ao redor de todo o empreendimento, então é a parte que está preservada. E aqui os galpões, 100, 200, 300 e 400, aqui o fundo do terreno, e aqui a SP e o acesso aqui.

JONAS MATOS – (JM Assessoria): Aproveitando esse slide, nós podemos observar que vocês observam este setor circular aqui, que na verdade indica uma nascente.

Se vocês observarem, nós temos no galpão 100 e no galpão 200, estes nossos galpões ficaram sob nascentes que são plotadas na carta da EMPLASA. Isto gerou, na verdade, uma inconformidade neste projeto e que nós estamos regularizando esta inconformidade através do estudo de impacto ambiental. Próximo slide, por favor.

Aqui, na verdade, nós estamos simplesmente apresentando como é que é o esboço geométrico destes galpões, o galpão 100 e o galpão 200, com as suas disposições, suas baias, as suas docas, as suas vias internas de circulação, os estacionamentos, as comodidades e necessidades que são, na verdade, atribuídas à função destes galpões. O próximo slide, por favor. Aqui o galpão 300 e o galpão 400, também com as suas vias externas, caminhando neste ístimo aqui.

Muito bem. Vamos lá. Qual é o próximo? Este aqui.

Agora vamos falar um pouquinho dos volumes de terraplanagem que nós vamos ter neste empreendimento. Muito bem. Uma das condições básicas de contorno do estudo de impacto ambiental é o equilíbrio de massa zero.

Ou seja, todo e qualquer movimento de terraplanagem deve, dentro do possível e aconselhável, ser disposto dentro do próprio empreendimento. Então, nós temos aqui, na verdade, um volume de corte da ordem de 3,7 milhões e um volume em aterro da ordem de 3 milhões, com uma diferença de 757 metros quadrados, que serão realocados no próprio terreno. Ou seja, neste empreendimento, nós não temos nem bota fora, nem bota dentro.

Ou seja, não é retirada terra do empreendimento, tampouco é recebida terra de outros empreendimentos ou de outras localidades. E aí é que nós definimos este equilíbrio de massa. Então, esta é uma situação muito importante.

Uma das condições de contorno para que o impacto seja minimizado. Próximo, por favor.

JÚLIO SCOTTINI – (Geoverde Engenharia): Bom, gente, aqui é só para ver a situação atual do terreno.

Como o Jonas comentou agora há pouco, o projeto está em licenciamento ambiental via Eia-Rima, e a obra de terraplanagem foi iniciada antes da obtenção das licenças e extrapolou os limites de um projeto de mitigação. Existia uma autorização para fazer um projeto de mitigação ali. Esse limite foi extrapolado.

A CETESB ordenou a paralisação de ações no terreno, que não fosse de obras de mitigação, e multou a empresa. O processo de licenciamento foi retomado pela CETESB após isso, com previsão de medidas compensatórias, de recuperação dos danos ambientais, além da multa, são as medidas de compensação em relação à intervenção em APP, vegetação e tal, e isso já está definido, a multa já foi recolhida. Então é um processo que a CETESB retomou por conta dessa situação e até pelo interesse que há no município, e obviamente com todos, o interesse no avanço desse projeto.

É interessante que nessa, aqui a gente só colocou uns detalhes, que a CETESB exigiu, a CETESB exigiu que as nascentes da área que não foi mexida fossem melhor protegidas. Então aqui vocês veem que tem todo um sistema de um muro de contenção, aqui ele está em corte, que tem dois a três metros, dependendo do caso, distante da APP, qualquer movimentação de terra. Isso é uma maneira de proteger as nascentes, para que não tenha nenhum risco ao longo da construção, porque a obra de terraplanagem é expressiva, e é a maneira de proteger esse risco.

Criou um novo sistema para não ter qualquer tipo de assoreamento exatamente nos olhos d'água. Vamos pedir aqui ao Michel Sola, que foi o consultor aqui de tráfego e vai falar um pouco sobre isso. Se quiser precisar, eu te sigo.

MICHEL SOLA – (consultor de tráfego): Boa tarde. Esse empreendimento aqui tem uma característica particular, que o acesso já está implantado, o acesso justamente foi implantado com essa rotatória alongada para o acesso ao empreendimento que já funciona ao lado. E nós vamos estar usando exatamente o mesmo acesso, então não vai ser necessária a implantação de um novo acesso.

Uma outra particularidade aqui é o seguinte, a gente realizou contagens de tráfego na rodovia em março de 2024, portanto, já considerando o movimento do empreendimento vizinho. Então, as contagens já levaram em conta a movimentação que existe hoje no empreendimento ao lado. Isso facilitou um pouco também o nosso trabalho, por quê? No caso, se fosse um centro de distribuição totalmente novo, numa área não ocupada, a gente faz algumas estimativas de geração de viagens, tanto de automóveis, dos funcionários e dos operários que trabalham no local, como das carretas.

Normalmente, o que a gente faz? A gente pega as áreas que existem, tanto de armazenagem como de administração, e usa índices para adotar o número de funcionários. Então, cada área de armazenagem, de 100 a 150 metros, a gente considera um funcionário, e as áreas administrativas, a gente considera aproximadamente de 20 a 25 metros quadrados por funcionário.

Aí a gente faz uma estimativa, um cálculo de geração, tanto de automóveis que vão chegar de manhã, na maioria, e vão sair no final do dia, como de visitantes. A gente estima um percentual de visitantes com base nessa população que a gente estima do que a gente chama de população fixa, que são os funcionários da área operacional, da área de

armazenagem, e os funcionários da área administrativa. E a geração de viagens dos caminhões, das carretas e dos caminhões menores, são estimados com base no número de docas que a gente tem em cada projeto.

Esse projeto tem essa peculiaridade também, só um parêntese aqui. Eu tive uma época na minha vida que eu fazia projeto de shopping center. Então tinha shopping center pelo Brasil inteiro.

Não tem mais shopping, agora tem centro logístico. Tem centro logístico por todos os lados, e a característica desse projeto, que é muito boa, é que nós temos uma área muito grande interna para espera das carretas. Nós temos alguns centros logísticos que estão praticamente sem área de espera.

Então existe toda uma problemática do caminhão chegar não estar programado, não estar no horário certo que ele estava programado para chegar, e ele não tem onde esperar. Então tem vários centros logísticos que estão com esse problema. Não vai ser o nosso caso aqui.

Finalmente, para não me alongar muito, nesse caso aqui, nós utilizamos um cálculo muito simples que foi pegar o movimento que já existe no vizinho e extrapolar para a área do empreendimento novo. Então nesse caso a geração de viagens foi simplificada e o nosso estudo do acesso foi simplificado. Isso já foi submetido ao DER, e o DER pediu alguns ajustes na geometria que nós estamos em fase de executar.

JONAS MATOS – (JM Assessoria): Então, depois dessas breves palavras do Dr. Michel Sola, o Michel Sola é, na verdade, um dos primeiros estudiosos dos impactos de trânsito. Ele e o engenheiro Scaringella, fundaram a companhia, a CET, Companhia de Engenharia de Tráfego, a primeira Companhia de Engenharia de Tráfego das Américas, da América do Sul. Então, agora vamos falar um pouquinho da água e do esgoto.

Todo empreendimento logístico é caracterizado pelo armazenamento de carga. Então nós temos, na verdade, pouca geração de efluentes, e os efluentes são classificados como domésticos, porque, basicamente, nós temos os banheiros e os refeitórios. Então nós fomos até a Sabesp, pedimos as diretrizes, e ela confirmou a existência da viabilidade de instalação para a água e para o esgoto, tendo um detalhe que a água está a mais ou menos quatro quilômetros do nosso empreendimento, será feita uma adutora até a chegada do nosso empreendimento, e nós teremos objetivamente que tratar o esgoto para afastá-lo à rede da Sabesp, que ainda não está conduzindo as estações de tratamento de esgoto pública, mas o nosso esgoto será tratado dentro do centro logístico, como já acontece no primeiro centro logístico já instalado.

Próximo slide, por favor.

JÚLIO SCOTTINI – (Geoverde Engenharia): Só para conhecimento, em cima do que o Jonas falou, então a água vai ser buscada aqui nessa região, aqui está o empreendimento, aqui em cima, então ele vem ao longo da SP, e aqui próximo do espetão é onde vai ser o ponto que a Sabesp indicou para buscar a água. Aqui, em relação ao esgoto, isso que o Jonas tinha comentado, que é importante, só que um croqui, não é muito claro, mas aqui é o sistema de tratamento de esgotos.

Então o tratamento dos esgotos do empreendimento vai ser interno e vai ser levado já para o PV final da Sabesp, já tratado. Então independente de estar pronta ou não a estação de tratamento, o próprio empreendimento vai tomar conta disso e já vai enviar o esgoto já tratado. Exatamente aqui, então mais ou menos nessa região, é a região que vai ser lançada, que a Sabesp, que indica no caso, ela indicou aqui para a gente levar, então o esgoto vai sair por aqui e vai chegar até aqui e vai ser lançado neste ponto para o sistema da Sabesp.

JONAS MATOS – (JM Assessoria): Agora nós vamos adentrar num tema especialmente sensível, que na verdade é a drenagem superficial de todo esse centro logístico. Todos aqui, ao longo dos últimos anos e principalmente no ano 2023, assistiram pela TV a tragédia que ocorreu em Porto Alegre. Através, a partir desta premissa, a CETESB adotou posturas mais rígidas em relação a os cálculos de drenagem superficial para os empreendimentos a serem implantados.

E estes empreendimentos, na verdade agora, eles vão sendo implantados de acordo com uma regra específica que a CETESB na verdade editou no ano 2023. Então nós temos para isso uma situação bastante tranquila. A chuva que caía antes é a mesma chuva que cai depois do empreendimento implantado.

As condições de escoamento antes devem ser iguais às condições de escoamento após a construção do empreendimento. Para que isso ocorra, seremos obrigados a criar caixas de retenção para que nós possamos, a partir destas caixas, normalizar a drenagem superficial ao longo do tempo, depois da chuva de maior intensidade, conforme prescreve as normas da decisão de diretoria da CETESB. O próximo, por favor.

Então aqui, só para vocês terem uma ideia, nós temos aqui um estudo que comporta os dois empreendimentos, o já executado e o a executar. O tanque de retenção da primeira linha, que na verdade é o tanque que já existe, ele reserva hoje 1.663 metros cúbicos e o volume calculado para todo o nosso empreendimento, incluindo o empreendimento já existente, é algo em torno de 25 mil metros cúbicos de água. Algo em torno de 25 milhões de litros de água pluvial a serem armazenados durante uma hora na chuva de maior retorno.

Para que possa ser regularizada a vazão junto ao sistema público existente. Ok? Isto equivale aproximadamente aos 20% das caixas de retenção existentes dentro do município e já instaladas.

JÚLIO SCOTTINI – (Geoverde Engenharia): Vamos entrar na parte mais ambiental.

A gente obviamente aqui não vai conseguir colocar todos os estudos realizados, todas as informações, mas a gente separou algumas informações que a gente considera mais importantes. Uma condição que é importante do empreendimento é que aqui está localizado o empreendimento previsto, o projeto, e ele está longe de qualquer área de proteção e recuperação dos mananciais, que são aqui estas áreas por aqui. Então a gente está bastante distante, que é uma coisa importante, você mexer com bastante terra, ter a terraplanagem expressiva e na verdade você não está longe de qualquer área de proteção que vai virar manancial.

Acho que é uma condição boa de partida do empreendimento. Aqui, aquilo que nós tínhamos falado lá no início, em relação às nascentes, estes seriam os corpos d'água que

aparecem na carta da EMPLASA, na carta oficial. Na prática, estes corpos d'água não estão com esta dimensão, mas é uma exigência da CETESB que nós tivemos, para considerar isso, então o projeto todo nesta parte final todo aqui, que não tinha sido mexido, está preservando inteiramente o potencial, na verdade, é uma área potencial de existência de nascentes e recursos hídricos.

Uma questão importante, a área, aqui a gente consegue ver as condições locais, onde se vê que tem vegetação, o terreno está estável. Você cortou, fez qualquer obra antrópica, então começa a ter esse tipo de erosão, então é um terreno que, na condição natural, ele tem uma certa estabilidade, a partir do momento que você vai fazer uma obra, pode começar a aparecer esse tipo de situação. Então o que isso demonstra? Não quer dizer que isso seja proibitivo da obra, não, isso só significa que a obra tem que ter mais cuidados do que um local que tenha menos propensão a esse tipo de acontecimento de erosão e assoreamento.

A gente fez um estudo aqui, o Suave está aqui, que é o nosso geotécnico, montou esse sistema aqui de verificação da susceptibilidade do ambiente físico, ou seja, mais ou menos complicada a obra, como ela tem que ser. E aí seja na condição, isso aqui é da condição do terreno, e essa é da condição da ocupação, se tem ocupação, não tem ocupação. E aqui são dados, a partir dessa junção dessas duas informações, a gente vai ter o resultado.

Então, fazendo esse estudo aí que o Suave montou, considerando os critérios da condição natural do solo, geológicos e geotécnicos, e o que já existe na área, o risco de erosão e assoreamento no empreendimento foi considerado de alto risco. Então, o que mais uma vez obriga a gente a tomar mais cuidado em termos de obra. Então, é parte do estudo que a gente não pode ignorar, e as medidas fazem frente a isso.

Aqui, por exemplo, é um exemplo que é usado na área, para evitar esse tipo de instrumento aqui, é para evitar que essa água, quando chove, enquanto você está em obra terraplanar, que é importante entender o seguinte. O terreno, na hora que estiver todo edificado, que estiver com calçadas, estiver com toda a drenagem posta, a possibilidade de erosão e assoreamento é muito menor. Mas, enquanto você está aí na obra, não tem como você fugir.

Qualquer chuva que estiver com o solo solto, você pode criar condições de que essa erosão e assoreamento atinjam os corpos. Então, esse tipo de instrumento de drenagem provisória é o que está sendo usado lá, é usado na obra, tem vários sistemas projetados, então, é uma maneira de, durante a obra, evitar que sejam atingidos os córregos. Outra condição importante aqui, que é sempre vista da parte do meio biótico, é a vegetação.

Como vocês podem ver, essas cores verdes mais escuras, são a vegetação em melhor estado, dentro do terreno. Como vocês podem ver, está sempre aqui nos cantos, e é uma obra, e isso só aconteceu por um motivo óbvio. Como vocês conhecem toda aquela região, é uma região que tem muito reflorestamento de eucaliptos, e até para plantar e colher eucalipto, é difícil em uma área que seja mais declivosa, que seja mais próxima do corpo d'água.

Então, na verdade, esses fragmentos, esses pedaços de vegetação melhor, com uma melhor condição, elas são derivadas da dificuldade de uso do terreno. E até para eles estarem junto das APPs, dos córregos, e pela declividade, elas serão preservadas, não vai ter intervenção

em nenhuma vegetação expressiva, com a colocação do empreendimento. Vamos para o próximo.

Outra condição importante que a gente fez no estudo também, isso é a campanha de fauna. Todo esse sistema, esses estudos, da parte física, do biótico, que seja da flora, da fauna, são obrigatórios pelo estudo, e obviamente a gente tenta fazer o melhor possível para demonstrar o que existe no terreno, e definimos sempre medidas mitigadoras ou compensatórias para os casos que não se consegue fugir dos impactos. Então, aqui é só um exemplo, a fauna, ela é monitorada a partir de câmeras com infravermelho.

E aqui está o exemplo de um dos pontos, aqui no caso de mamíferos, onde foram instaladas câmeras e foram acompanhadas, foram feitas campanhas. Essas campanhas são no mínimo de dez dias, também a norma, a gente não inventou a norma específica em relação a isso, cada campanha é de dez dias. Em relação à fauna, estão as condições que a gente encontra nesse nosso trabalho, o que demonstra que o trabalho foi muito cuidadoso.

Foram avistadas 120 espécies de aves, mastofauna, cerca de 20 espécies, e de répteis e anfíbios, 14 espécies. Então, aqui é só um exemplo, esse é o resultado da câmera. Ele tira a foto, o animal passa pela câmera, e pelo movimento ela dispara, então são algumas ocorrências na região que sempre estão muito ligadas, obviamente, à presença de uma vegetação um pouco mais preservada e também aos corpos d'água.

Uma condição que é importante deste empreendimento é que a posição dele em relação a... Aqui está o viário, a SP está aqui, e como vocês podem perceber, nós temos muita região aqui que não está ocupada. Isso facilita muito o empreendimento, como ele vai operar, porque a gente não está, por exemplo, se a gente estivesse aqui próximo de uma área densamente ocupada como essas, obviamente a ocupação, o tráfego e coisas assim poderiam prejudicar mais e tornar mais difícil a operação dele. Ele está numa posição muito boa, não é à toa que é um empreendimento logístico, está de frente para uma rodovia, está próximo aqui da Máximo Zambotto, perto de Jordanésia que vocês conhecem, vocês passam ali por Jordanésia, sabe a quantidade de galpões que tem ali e que está praticamente findada a possibilidade de novos galpões.

Então isso aqui é, obviamente, é interessante para o município e é uma área que tem essa tendência. A prefeitura, inclusive, ajustou essa tendência na última mudança de plano diretor porque é uma condição que traz emprego. O município tem muita condição de gente para fornecer mão de obra e essa é uma maneira de você evitar que todo mundo tenha que sair aqui do seu local de moradia e ir para longe.

JONAS MATOS – (JM Assessoria): Volta o slide um pouquinho, por favor, Heldel. Nesse slide nós podemos observar que nós estamos em um grande vazio. Nós não temos ao redor e proximamente a vizinhança desse empreendimento núcleos residenciais consolidados ou densamente povoados.

Na verdade, nós temos residências esparçadas, muitas delas com área de plantio e, na verdade, esta região foi escolhida no plano diretor exatamente por estar no canto do município onde não oferece o incômodo que uma atividade, seja ela qual for, oferece. Longe de nós empreendedores e projetistas dizer que a construção de um centro logístico

não traz impacto à cidade. Toda atividade humana traz impacto e o centro logístico também traz o impacto.

Onde é que está a mecânica de equalização de funcionamento se esse empreendimento é viável ou não? Quando os pontos positivos que este empreendimento traz à sociedade imediatamente circundante e àquela onde ela está inserida, que é o município, superam os pontos negativos das interferências ocorridas. Este é o balanço que o projeto procura fazer. Então nós estamos numa área que foi pensada pelo município para receber esta atividade exatamente porque é uma área de expansão urbana nas franjas da cidade consolidada.

Que vai muito, muito, muito, muito em direção ao grande plano de mobilidade do estado de São Paulo. Onde nós precisamos ter o quê? Estas atividades que têm uso intenso de carretas fora do circuito urbano consolidado. Ou seja, caminhões trafegando na rua dentro do município.

Então esta é uma condição que se procurou neste empreendimento buscar essa excelência. Como o Michel Sola acabou de dizer, na verdade nós estamos exatamente localizados numa região propícia aos centros logísticos. É isso aí.

JÚLIO SCOTTINI – (Geoverde Engenharia): Vamos discutir um pouco sobre os impactos de forma muito rápida. Acabamos não tendo tanto tempo e vamos tentar resumir o que é mais importante. O que não impede, obviamente o estudo de impacto ambiental está aí disponível para verificação e quaisquer outras dúvidas obviamente a gente tem parte da equipe aqui, a gente pode responder na sequência e tentar, e eventualmente as perguntas que a gente não conseguiu responder agora poderão ser, como foi alertado aqui, respondidos posteriormente no sistema ambiental que vai nos encaminhar as perguntas.

Então vamos tratar dos principais impactos que a gente previu. Como a gente falou já ali, um impacto que a gente considera que pode ser importante, que é importante, que é expressivo, é a questão de quando a gente vai fazer as obras de terra no projeto vai ter problema de processo de dinâmica superficial que é basicamente erosão, erosão laminar, um pouco em sucros e assoreamento de corpos d'água. Então tudo isso com certeza é um impacto expressivo.

Nas medidas a gente está prevendo que a obra tem uma série de controles supervisão, monitoramento e a colocação de equipamentos de treinamento provisória para que isso seja diminuído e acompanhamento, obviamente, dos corpos d'água e da erosão e assoreamento. Outro impacto aqui que pode ser considerado um pouco mais expressivo, impacto de contaminação de solo e recursos hídricos é pequeno, tirando a parte de assoreamento, porque realmente a obra é muito controlada, fechada e se dá dentro dela mesma, não tem apoio externo. Outro impacto que a gente falou aqui, aquilo que a gente acabou de comentar da cobertura vegetal e intervenção em APP, vai ter intervenção em APP, obviamente, porque o sistema de drenagem, para ele ter uma melhor condição, ele lança a drenagem na parte baixa junto do córrego, exatamente para não vir carreando o material.

Você pode lançar o material fora da APP, longe do córrego, mas qualquer chuva, ele vem carreando e vai levando erosão até o corpo d'água. Então, ao contrário, acaba não preservando, sendo pior você não fazer uma intervenção desse tipo. Impacto sobre a fauna,

como a gente comentou aqui, a gente fez cinco campanhas nessa parte de fauna, sempre na época seca e na época de chuva.

A principal medida, a gente vai ter monitoramento dessa falta, desde o início, já foi feita agora, cinco campanhas, e serão feitas outras ao longo da obra e também ao final, na operação, e também está previsto o plantio nas APPs e áreas verdes, porque ali é muito eucalipto, tem muito eucalipto, então vai ter um enriquecimento da vegetação com nativas, e isso, obviamente, com frutíferas, frutíferas nativas, e isso ao longo do tempo vai criando um abrigo melhor para a fauna que frequenta ali o espaço. Em termos de operação, uma preocupação da disponibilidade hídrica que existia no pessoal da bacia, e a gente colocou aqui a quantidade de água que será fornecida, e isso que foi viabilizado junto a Sabesp. Sabesp nos deu aqui a permissão para essa quantidade de água.

Impermeabilização do solo, que é uma coisa que realmente tem viário, tem os próprios galpões, e aquilo que nós comentamos. Então vai ter impermeabilização? Sim, mas ele 50% se considerar os taludos e 37% do terreno como um todo. Além do que, um dos principais problemas de impermeabilização é exatamente a questão da drenagem, que é isso que o Jonas colocou ali atrás, é um sistema muito robusto de segurar as águas.

Isso é realmente robusto, realmente diferenciado, para evitar que as águas saiam fora do terreno em uma situação mais rápida, mais forte, e gerando erosão e assoreamento. Em termos de influentes, a ETE vai tratar, vai lançar no sistema da Sabesp, como nós falamos. Outra condição é a geração de resíduos sólidos.

A gente vai ter resíduos sólidos obviamente na obra, porque isso é uma obra de galpões, então sempre tem resto de obra, e também na operação, pela questão de cacharia e tal. O que é importante conhecer é que os resíduos gerados não serão feitos pela Prefeitura. É uma empresa específica que vai ser contratada, a Prefeitura não tem gasto com isso,

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão): Senhores 5 minutos

JÚLIO SCOTTINI – (Geoverde Engenharia): ok, então, a Prefeitura não vai ter que demandar serviço nesse sentido.

Impactos na infraestrutura e viária do tráfego, o Sola falou muito bem aí que o nível de serviço será mantidos na principal situação, porque já está inclusive construído o que o DER tinha pedido, que atende ao empreendimento existente e ao outro. Pressão sobre infraestruturas e equipamentos sociais e por isso a vizinhança são impactos que a gente não considerou como sendo muito expressivos, exatamente por aquela condição que a gente mostrou no uso do solo, que a gente não tem uma vizinhança muito densa. O que se espera também, obviamente, que como tem muita mão de obra disponível na região, no município de Franco da Rocha e, obviamente, nos municípios vizinhos, obviamente, muitas serão empregos que demandarão pessoas da região.

Então, isso não muda a infraestrutura e os equipamentos sociais, obviamente, necessários. Impacto positivo da criação de empregos, da implantação e operação, mais uma vez, é interesse sempre do empreendedor trazer gente de perto, que é a pessoa que vem mais de

perto, falta menos, está mais disponível, está interessado. Então, isso é uma coisa que o empreendedor acaba fazendo, porque, inclusive, é vantagem para todo mundo.

E um último aqui, reforço da tendência de uso logístico. Ou seja, é óbvio que a gente já tinha falado, está na beira de uma rodovia, está perto de Jordanésia. É óbvio que essa região vai ter uma tendência de aumento de uso logístico e, com certeza, uma série de empregos que virão a partir disso.

Bom, a partir desses impactos, a gente vai definindo, são grandes grupos de programas. Isso ao longo, depois de ganhar do ALP, na LI, para obter a licença de instalação, eles serão, obviamente, criados subprogramas e serão mais detalhados. Esse era o objetivo.

Então, a gente tem os grandes programas. Primeiro, medidas de projetos e autorizações. Ou seja, os projetos vão ser detalhados.

E as autorizações de corte de árvore e intervenção em APP, agora, na licença prévia, a CETESB só dá uma viabilidade. Olha, a gente vai poder fazer isso. Só que aí precisa entrar e mostrar cada árvore, cada intervenção que vai ter e obter a autorização específica para corte de vegetação.

Tem um programa muito importante, que é o controle de obras. Por quê? O impacto desse empreendimento, desse projeto, é, obviamente, na obra. O pior impacto é na obra.

Então, uma maneira de controlar isso é controlar as obras. Então, seja o aterro, os canteiros, onde estarão os canteiros, o tráfego dentro do local, exatamente, ruído e poeira. Tudo isso é no Programa Ambiental de Controle de Obras, que, para ele, serão abertas uma série de subprogramas para cada um dos itens.

O que eu tinha falado, a questão dos plantios, que ajuda para a fauna também. Mas tudo bem, é isso mesmo. Então, vai ter o Programa de Plantio.

Todas as áreas de APP vão ser recuperadas, enriquecidas. Toda a área que não vai ser ocupada. A ideia é sempre fazer um cinturão de vegetação nativa, que vai favorecer tanto a questão ambiental de flora como a questão da fauna ao longo do tempo.

JONAS MATOS – (JM Assessoria): Então, pessoal, a gente aqui agradece a possibilidade de apresentar o nosso estudo e vamos continuar com a nossa audiência pública. Muito obrigado.

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão): Agradecemos a participação do senhor Jonas Matos, da J&M Assessoria, o senhor Júlio Scottini, o senhor Michel Sola, pela apresentação do empreendimento, dirimindo aí as dúvidas, tirando as dúvidas.

Agora, dando continuidade a essa sessão, eu ainda gostaria de anunciar a presença de algumas autoridades aqui, em nossa reunião. O senhor Eduardo Reis, secretário de Educação da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. A senhora Renata Marcela, secretária de Obras da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

O senhor Jadilson Lourenço da Silva, secretário municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. A senhora Agnes Cristina Miranda, secretária de Esporte da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. O senhor Thiago Seixas, presidente da Câmara de Vereadores de Franco da Rocha.

E a presença dos vereadores municipais, o senhor Rodrigo do Brasil, o senhor Rodrigo Costa, o senhor Cezinha, o senhor Ramon Melo, o senhor Dado, o senhor Quinho Andrade, o senhor Tuca, o senhor Arrepiado, o senhor Emerson Rocha e o senhor Eric Valine. Bem, cumprida essa etapa da nossa audiência pública, nós passamos agora à sessão da manifestação do público. E, portanto, nesse momento agora, eu gostaria de convidar aqui para a palavra, fazer uso da palavra, o senhor Thiago Seixas, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Franco da Rocha.

Senhor Thiago, por favor, uma boa tarde. Seja bem-vindo aí à nossa sessão. O púlpito está ali.

O senhor tem a palavra, o senhor tem cinco minutos para fazer as suas colocações. Obrigado.

THIAGO SEIXAS – (Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Franco da Rocha): Boa tarde a todos.

Primeiro, eu gostaria de saudar a presença da prefeita, do vice-prefeito Diego Hernandes, que também está à frente da pasta do desenvolvimento econômico, demais secretários, público presente, registrar a importância desse debate aqui, aos meus companheiros de casa, vereador Rodrigo do Brasil, vereador Rodrigo Costa, Cezinha, Ramon, Dado, Quinho Andrade, Tuca, Arrepiado, Emerson Rocha e Erick Valine. Bom, eu gostaria de fazer uma colocação muito importante. A Câmara tem trabalhado diuturnamente, junto à prefeita, naquilo que tange o desenvolvimento econômico.

Mas é muito importante registrar que nenhum de nós, tanto legislativo quanto executivo, trocamos o desenvolvimento econômico a custo de um preço alto. A responsabilidade social e ambiental, a todo momento, foram pauta de todos os investimentos que o setor privado tem trazido aqui para Franco. Então, registro que as nossas comissões de obras e meio ambiente também estão presentes, acompanhando esse debate, e vale lembrar a importância do empreendimento desse porte para a nossa cidade e para a nossa região.

A geração de emprego e rendas, mais importante, o tributo e a qualidade de vida que o nosso povo possa vir a ter, deixando de tomar o trem duas, três, quatro horas através de transporte público para chegar ao seu local de trabalho, mais três, quatro horas para o retorno aos seus lares. Portanto, a defesa é, sim, para que a cidade continue crescendo, se desenvolvendo economicamente e, é claro, a cidade, acima de tudo, os nossos trabalhadores e trabalhadoras, acima de tudo. Portanto, eu registro, mais uma vez, a importância da responsabilidade social e ambiental desse projeto.

É claro que intervenções são necessárias e é claro que a geração de emprego e renda é algo tão importante não só para a nossa cidade, para o nosso Estado e, sim, para o nosso país. Muito obrigado, fico muito feliz pela Casa ta cheia participando desse debate tão importante e nós da Casa de Leis estamos à disposição de registrar, mais uma vez, que o

nosso trabalho, ao lado do Poder Executivo, da Prefeita e do Vice-Prefeito, continua sendo uma unidade e será até o fim para que a cidade continue seguindo o rumo do progresso. Muito obrigado.

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão): Agradecemos a participação do Sr. Thiago Seixas, presidente da Câmara de Vereadores do município de Franco da Rocha. Eu passo a palavra agora para a Sra. Raquel da Silva Alves.

Sra. Raquel, vai fazer a pergunta pelo e-mail. Está bem.

Então, vou passar a palavra para o Sr. Bom Filho Alves Ferreira. Passando a palavra, Sr. Bom Filho. Seja bem-vindo.

Agradecemos, Sr. Bom Filho. O senhor tem três minutos para fazer a sua manifestação.

BOM FILHO ALVES FERREIRA: Boa tarde, quase boa noite a todos e todas.

Eu falo aqui em nome da Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Caieiras, mas também estive durante aqui dois mandatos, também acompanhando a doutora Adriana na Comissão de Direito Ambiental aqui de Franco da Rocha. E eu também faço parte do Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana. Então, eu quero aqui, em primeiro lugar, saudar os meus amigos, velhos amigos aí do Consema, que já estivemos juntos em muitas audiências, parabenizar aqui os empreendedores pela iniciativa de escolher a nossa região para trazer esse empreendimento, parabenizar também a empresa que elaborou os estudos, estão muito bem elaborados conforme a realidade geofísica e hídrica da nossa região, e também saudar aqui a presença da nossa prefeita, do nosso vice-prefeito, Lorena, Diego, que na pessoa deles eu salvo todos os servidores aqui da prefeitura, na pessoa do Thiago Seixas eu salvo todos os vereadores, na pessoa da minha amiga de infância que está aqui presente, a Elaine Rodrigues, eu salvo todos os meus amigos que estão aqui.

Então, eu vou ser muito breve, como bem salientou aqui o nosso presidente da Câmara, é muito bem-vindo ao investimento no desenvolvimento, geração de empregos, mas nós estamos em um momento muito bom hoje, muito diferente de um passado recente, em que os empreendimentos não estavam tão interessados em observar a melhor ciência. Hoje não só nós temos a melhor ciência do lado dos empreendedores, mas nós temos também muitas normas e também muita fiscalização. Então, é um momento diferente.

O que eu espero aqui é que todas aquelas condicionantes do EIA-RIMA sejam observadas com carinho. O Comitê de Bacia fez uma reunião recentemente que também apontou várias recomendações, eu espero que vocês não oponham nenhum tipo de resistência àquelas recomendações, porque elas vêm para o bem do empreendimento. Porque tudo aquilo que favorece a sustentabilidade ambiental, favorece a economia, favorece a sociedade, favorece as presentes e futuras gerações.

Então, não há essa necessidade de, vamos dizer assim, burlar essas orientações. Então, o Comitê de Bacia pediu algumas orientações importantes. E aqui, o ponto que eu gostaria apenas de reforçar, e é um fato, eu parabenizo vocês por terem apontado isso, que é a alta produtividade do nosso solo.

Nosso solo é muito erosivo. O Aziz Absaber, que é um grande cientista, foi professor da Universidade de São Paulo, a dissertação de mestrado do Aziz foi sobre todo esse compartimento do entorno da Serra da Cantareira. E o Aziz, lá na década de 60, quando Caieiras estava ainda nascendo, Cajamar nascendo, Francisco Morato ainda se preparava para ser emancipado, muitos anos depois, o Aziz já advertiu, não ocupem estas franjas da Serra da Cantareira.

Ele advertiu. Já estou encerrando. Eu vi que não tem muitos inscritos, então, não vou tomar muito tempo, só quero aqui encerrar, pontuar isso para que conste da ata, que é um ponto importante.

Então, esse cuidado, não só na obra, mas também depois no convite que este empreendimento traz para novos empreendimentos, que essa diretriz de cuidar muito bem da implantação e cuidar muito bem dessa questão do solo é fundamental. Porque vocês estão ali, bem no divisor de água, entre o ribeirão dos cristais, o vale dos cristais, onde a água, 60%, que move a economia de Cajamar, que é o maior PIB do Brasil, hoje, para as cidades 100 mil habitantes, está dependendo da preservação deste vertedouro que nasce ali. Tem algumas nascentes do ribeirão dos cristais que estão embaixo do empreendimento já, praticamente.

Então, é o cuidado que pede, porque esse balanço, o balanço hídrico, essa conta não fecha. Não é porque tiramos a água de Cajamar que podemos ficar sossegados. Não, a água que a SABESP vai ter que mandar para Cajamar depois é do sistema Cantareira.

Vai tirar de Francisco Morato, de Franco da Rocha, de Caieiras, que nós somos extremo do extremo do sistema adutor metropolitano. Então, cada gota conta para a economia e para a sociedade. Então, é só isso que eu gostaria de pontuar e reforçar, e obrigado pela tolerância.

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão): Agradecemos a participação do Sr. Bom filho. Certamente que todas as observações presentes aqui, e não só essas, mas acima de tudo aquelas que foram apontadas nesse intervalo, inclusive dos próximos cinco dias, serão plenamente consideradas no rito do licenciamento ambiental. Bom, eu gostaria de dizer, portanto, que as inscrições e encontros serão encerradas.

São 18 horas e 14 minutos. Então, sendo dessa forma, eu vou passar a palavra para o geógrafo Fábio Deodato, representante da CETESB, para fazer suas considerações finais e depois para poder dar o encerramento a essa sessão.

FÁBIO DEODATO – (CETESB): Obrigado, Bevilacqua.

Só gostaria de explicar um pouquinho como é que está o processo de licenciamento. O processo está em uma fase intermediária de análise. Essa audiência pública é uma fase importante também do processo, como a gente já falou.

A análise do EIA-RIMA já foi feita uma primeira análise, foram pedidas informações complementares ao interessado. A gente aguarda a apresentação dessas informações para

prosseguir com a análise. Importante ressaltar também que o que está sendo solicitado é a licença prévia, a primeira fase do licenciamento.

Então, todas essas informações que estão no EIA-RIMA, que vão estar nas complementações, as informações geradas hoje aqui nessa audiência pública também, as informações da vistoria, enfim, todas essas informações que compõem o processo de licenciamento, elas serão consideradas pela equipe que está analisando o EIA-RIMA. A equipe vai emitir um parecer técnico, concluindo pela viabilidade ambiental do empreendimento ou não. Sendo concluído pela viabilidade, esse parecer vai ser submetido à apreciação do Concema, do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que vai dar a palavra final.

E aí, passando pelo Concema, aí sim se emite a licença prévia. Depois da licença prévia ainda tem as fases de licença de instalação e de operação, que vão ser analisadas posteriormente e com base nas condicionantes que vão estar estabelecidas nessa licença prévia. Então, de modo geral, a gente está em uma fase intermediária da análise da licença prévia.

Então, eu gostaria de agradecer a presença de todos, ressaltar novamente a importância da audiência pública, tanto para conhecimento da sociedade do empreendimento, mas também para obtenção de novas informações, de contribuições, sugestões, que acho que essa audiência pública cumpriu plenamente esses objetivos. Então, vamos desejar um boa noite para todos.

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão): Fábio, muito obrigado pelas suas palavras.

É sempre importante colocar essas orientações. E mostrar o trabalho que a CETESB desenvolve nesse contexto. Bom, a assessoria da prefeita me fez o pedido verbal.

Eu vou conceder, então, a palavra para a senhora prefeita. A senhora tem a palavra, a senhora Lorena Rodrigues de Oliveira.

LORENA RODRIGUES DE OLIVEIRA – (Prefeita de Franco da Rocha): Boa tarde, noite já, todos os presentes.

Agradecer a mesa e já cumprimentar o senhor José Eduardo, presidente dessa sessão, o senhor Fábio, a quem eu cumprimento toda a CETESB, com todo o respeito do trabalho tão importante que essa instituição faz. E cumprimentar os senhores vereadores, nobres parceiros, nominalmente o vereador Erick Valine, Emerson Thiago Seixas, presidente da Câmara, o vereador Arrepiado, o vereador Tuca, o vereador Quinho, o vereador Dado, o vereador Ramon, o vereador Cezinha, o vereador Rodrigo da Brasil e o vereador Rodrigo Costa. Quero cumprimentá-los e, sabendo da importância da participação do Legislativo também nesta audiência e em todo o planejamento urbano do município.

Cumprimentar os secretários, membros aqui da gestão, munícipes e demais participantes dessa audiência. Dizer, fazer uma contextualização de o quanto Franco da Rocha é uma cidade resiliente, uma cidade que, como tantas outras cidades periféricas do Brasil, cresceu sem um planejamento urbano adequado, inclusive nas questões ambientais. Sofremos de maneira crônica com o impacto das enchentes.

Estamos sempre sendo notícia, infelizmente, estamos trabalhando muito para evitar que sejamos notícias pelo impacto da nossa população em decorrência das enchentes. Sabemos que a ocupação do município, as características geográficas, temos um problema crônico e histórico de drenagem. E, diante de tudo isso, temos também uma necessidade de um desenvolvimento sustentável.

A construção de uma cidade resiliente principalmente faz as mudanças climáticas, que cada vez mais têm alterado o clima, não só em Franco da Rocha como no mundo. Então, em razão disso tudo, temos uma preocupação ambiental muito grande. E temos também uma preocupação com o desenvolvimento econômico da nossa cidade, considerando todos os dias que 30 mil pessoas embarcam diariamente, cerca de 30 mil pessoas embarcam em busca de trabalho, para trabalhar na capital e em outras cidades da grande São Paulo.

Considerando tudo isso, precisamos que a nossa cidade cresça de maneira sustentável. Então, quero cumprimentar aqui o Jonas e o Júlio, que apresentaram o empreendimento, dizer que já foi objeto de análise prévia da nossa equipe técnica, do setor de meio ambiente, do planejamento urbano, tendo uma anuência prévia, porque enxergamos que essas preocupações estão presentes no projeto. Então, a minha manifestação aqui é em apoio institucional à implantação, à possibilidade de geração de cerca de 3 mil empregos que poderão ocorrer em face desse empreendimento, principalmente considerando os empreendimentos já instalados no município.

A nossa cidade já caminhou para essa vocação da logística. Nos últimos anos, já vimos a implantação. Agora temos que cuidar que essa implantação cresça de maneira sustentável, e estamos enxergando e nos colocando também à disposição no trabalho de fiscalização, de solução em conjunto, de solução de problemas.

Toda a equipe técnica, o executivo, e tenho certeza, como manifestou aqui o presidente da Câmara, o Legislativo também. Então, essa manifestação é que o Franco da Rocha vai continuar crescendo. Institucionalmente, hoje, como prefeita, estou me manifestando desta forma, aqui nessa audiência, de maneira sustentável, considerando tudo o que já foi apontado aqui.

Vimos a preocupação do risco geológico, da preservação da bacia, dos mananciais, da fauna e da flora. Então, em conjunto, dentro das nossas responsabilidades, o município atuará para que esse projeto aconteça, sabendo que o empreendimento desse tamanho, não há como não ter impacto. Haverá impacto.

É a gente tem que trabalhar para que esses impactos sejam os menores possíveis, e a mitigação dos riscos aconteça, e enxergamos isso nesta apresentação. Então, muito obrigada a todos, e tenho certeza que essa audiência vai ser uma etapa muito importante, pensando no desenvolvimento econômico e sustentável do município de Franco da Rocha. Obrigada.

JOSÉ EDUARDO BEVILACQUA – (presidente da sessão): Agradecemos as palavras da senhora prefeita do município de Franco da Rocha, Lorena Rodrigues de Oliveira. Bem, caminhamos então para o encerramento desta respectiva audiência pública. Eu saio daqui com uma convicção de que importantes contribuições foram apresentadas.

Acho que esse é o papel do sistema ambiental, angariar essas contribuições, receber esses aportes. Isso é sempre muito importante no processo de transparência e de lisura, processo totalmente transparente do licenciamento ambiental no nosso Estado. Então, eu entendo que tivemos um importante êxito aqui nesta reunião de hoje, e, portanto, declaro encerrada esta sessão pública.

Um boa noite a todos e muito obrigado.